



Curso: 20203: Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Esan

Disciplina: 20203001 - Estado, Sociedade e Administração Pública

Docente(s): Jose Carlos de Jesus Lopes

Oferta: 2019/2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

EMENTA:

O Estado, elementos constitutivos, características funções e organização. Sociedade, dinâmica social, cidadania e a noção de bem comum. Conceito de Administração Pública. Características do setor público brasileiro. Estrutura de Poder na Administração Pública: esferas de poder e a integração dos poderes. O processo administrativo aplicado à Administração Pública: funções e atividades. Reforma Administrativa e parcerias público-privadas.

Síntese do Conteúdo Programático

Aulas: Temas:

- 1 O Estado: elementos constitutivos, características, funções e organização;
- 2 Governança Pública e Órgãos de Controles: Ordenamentos jurídicos, mecanismos de controle e de monitoramento.
- 3 Capitalismo e formas de governo;
- 4 Federalismo, estado e mercado;
- 5 Accountability, estado e democracia;
- 6 Política deliberativa;
- 7 Sociedade e dinâmica social; Cidadania e a noção de bem comum;
- 8 Movimentos sociais: organização, demandas, estratégias e criminalização;
- 9 Política e participação social;
- 10 Conceito de administração pública e características do setor público brasileiro;
- 11 Estrutura de poder na administração pública: as esferas e a integração dos poderes;
- 12 O processo administrativo aplicado à administração pública: funções e atividades;
- 13 Reforma administrativa e parcerias público-privadas;
- 14 Método do estudo do caso aplicado à administração pública;
- 15 Considerações Finais e Avaliação

OBJETIVOS

OBJETIVO CENTRAL DO CURSO:

Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas Contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

RESULTADOS ESPERADOS:

Permitir que os alunos compreendam e construam uma reflexão crítica da complexidade da dinâmica social e dos oportunos organizacionais dela resultante, identificando os complexos interesses dos atores e agentes sociais e públicos, para que possam ser gestores públicos produtivos e ao mesmo tempo tornarem-se atores transformadores da sociedade, promovendo assim o bem estar social, por conta de uma governança pública eficaz, adotando mecanismo de transparência, justiça social e cidadania.



AVALIAÇÃO

Sistema de Avaliação:

Leitura, discussão e apresentação (LDA) de artigos e/ou capítulos de livros, relacionados aos temas e conteúdos tratados no programa, seguidos da apresentação oral, individual ou em grupo do tema selecionado. Pontuação = 2,00;

Resumo escrito, crítico de dois artigos (REC), a ser indicado conforme a dinâmica das reflexões críticas realizadas nos encontros presenciais. Pontuação = 1,0;

Elaboração de um artigo científico (AC) referente aos elementos constituintes da disciplina, com intuito de publicação num periódico Qualis (B-3 e B-2). Pontuação = 7,00. Data final da entrega do artigo científico, a combinar, entrega via e-mail e impresso. Importante: O corpo textual do artigo científico deverá ser elaborado segundo as normas da ABNT e/ou de um periódico da área Interdisciplinar já identificado. Ver e informar antecipadamente junto ao professor;

Atividades EaD. A disciplina será ministrada sob a modalidade semi-presencial, totalizando 60 horas-aula. Os encontros presenciais ocorrerão em sessões com aulas expositiva-dialógica e oportunizando para as apresentações dos seminários solicitados. As aulas expositiva-dialógicas serão seguidas de discussões sobre o conteúdo apresentado/proposto para cada encontro. As mesmas contarão com uma bibliografia obrigatória e outra complementar. Será exigida dos alunos a leitura prévia da bibliografia obrigatória e de apresentação e discussão dessa leitura;

A aprovação na disciplina dependerá do nível de frequência e da média de aproveitamento (MA) dos conteúdos ministrados, expressa em nota;

Para a aprovação, por nível de frequência, o aluno deverá ter presença igual ou superior a 75% da carga horária, expressa neste Plano de Ensino;

O aluno que alcançar a MA igual ou superior a 7,0 receberá a menção de Aprovado. A MA será composta pela somatória dos valores, tal como demonstrada, a seguir:

Média de Aproveitamento = $(LDA \times 0,2) + (REC \times 0,1) + (AC \times 0,70)$

METODOLOGIA

Encontros na modalidade presencial de forma expositiva-dialógica, mediada pela Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), tendo como base o uso da plataforma Moodle, na qual serão postados os materiais de aula, textos, artigos científicos, chats, fóruns de discussão. Os alunos serão solicitados para apresentar conteúdos de diálogos, através de metodologias ativas, seminários, grupo focal, mini palestras e simulações de resoluções de situações-problemas vivenciadas pelos gestores públicos frente à complexa demanda da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABRUCIO, Luiz Fernando. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. In: Revista de Administração Pública. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: FGV, 2007.

AFFONSO, Rui de Brito. A crise da federação no Brasil. In: Ensaios FEE, (15) 2, Porto Alegre: 1994, p. 321-337.

_____. O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de doutoramento). (Capítulo 5).



ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Revista Lua Nova, n. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Cícero. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In: Coelho V. S. P, Nobre M. (Orgs). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora, v. 34, p. 157-169, 2004.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. In: Revista Dados, vol.45, n.3, 2002.

AVRITZER, Leonardo. A Moralidade da Democracia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

_____. Experiências nacionais de participação social. In: Democracia Participativa. Cortez, 2009.

_____. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50, 2000.

BEHN, Robert D. Rethinking Democratic Accountability. Washington, Brookings Institution Press, 2001.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. (Capítulos 1, 2 e 3).

_____. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Teoria das formas de Governo. São Paulo: Paz e Terra, 1980. (Capítulos 2, 3 e 4).

_____; BOVERO, M. Sociedade e estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL, Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

_____. Casa Civil. Lei no. 11.079, de 30 de dezembro. Brasília, 2004.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Decreto nº. 8.243/2014. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado. Brasília: Enap, 2001.

_____. Burocracia pública e reforma gerencial. In: Revista do Serviço Público de 1937 a 2007. número comemorativo dos 70 anos, 2007.

_____. Construindo o estado republicano. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v.24, n.2, fev/abr.1990.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990. (Capítulo 9).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, José Augusto Dias de; TIMM, Luciano Benetti. (Org.) Estudo sobre parcerias público-privadas. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Democracia, Avaliação e



accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: Anais do EnANPG-2006. São Paulo, nov. de 2006.

CHRISTIANO, Thomas. A Importância da Deliberação Pública. In WERLE, Denílson Luiz. E MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.81-113.

DAGNINO, Evelina. Sociedad civil, participación e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DAHL, Robert, A. Sobre a Democracia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

ENAP. Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão. (Editado por Jocelyne Bourgon). Brasília: ENAP, 2010.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50 2000, p. 47-68.

GIDDENS, A. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença, 1994.
_____. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Ed. Unesp, 1998,

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

_____. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Segunda parte).

GONÇALVES, Andréa de Oliveira FARIA, João Abreu (Orgs.). Casos de Ensino em Administração Pública: Brasil – Portugal. São Paulo: Atlas, 2012.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GURGEL, Claudio. A gerência do pensamento. Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política. Edições Loyola: São Paulo, 2007. (Partes, III, IV e V)

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista. Belo Horizonte: Líder, 2003.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado: Rio de Janeiro: Revan, 2010. (Capítulo 2).

LIMA JR, Olavo Brasil. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. In: Revista do Serviço Público. Ano 49, n. 2, abr-jun, 1998.

MANIN, Bernard. Legitimidade e Deliberação Política. In WERLE, Denílson Luiz, MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.15-45.



MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 40. ed, 2014.

MENDES, M. (Org.). Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, Instituto Fernand Braudel, 2006.

MUKAI, Toshio. Parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, Agência e Estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (Capítulos 1,2 e 3).

_____. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. nº 44, 1998.

PACHECO, Regina Silvia. Administração pública nas revistas especializadas — Brasil, 1995-2002. Revista de Administração de Empresas. v. 43, n. 4, p. 63-71, out./dez.2003.

PAES de PAULA, Ana, Paula. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Lia, Alt; PEREIRA, Lia, Valls. O setor público brasileiro: 1890/1945. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão).

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. (Capítulos 1, 2 e 6).

_____. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005

QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, 1998.

REVISTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL (APGS). Várias edições. Disponível em <www.apgs.ufv.br>. Acesso em: mar, 2019.

REVISTA BRASILEIRA DE CASOS DE ADMINISTRAÇÃO. Várias edições. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/index>>. Acesso em: mar, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). 2003. Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003. (Capítulos 10, 11 e 13).

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Capítulo 21).

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública. vol. 43, n. 2, mar/abr., 2009, p. 347-369.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Estado, Governo e administração pública. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2012.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, Atílio A. Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.



Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)
Plano de Ensino



VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. As funções da Administração Pública.
Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 mar. 2011.
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31496>>. Acesso em: ago. 2014.

Disponível em:

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB, 1994.

WEFFORT, Francisco C. (org.) Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2000.
(Coleção Fundamentos, Vol.1). (Capítulos 3, 6 e 7).